

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Senado começa análise das pedaladas fiscais

Ao longo do dia, Renan tentou uma manobra para dar um prazo extra para a defesa de Dilma, mas desistiu

O Senado iniciou formalmente ontem a análise do processo do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomenda a reprovação das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff. A presidência da Casa, exercida no momento da leitura pelo senador Dário Berger (PSDB-SC), comunicou em plenário ter recebido o parecer prévio do ministro relator no TCU Augusto Nardes.

Ao longo do dia, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), tentou uma manobra para dar 45 dias de prazo extra para a defesa de Dilma diretamente à Mesa do Senado, antes do envio do parecer à Comissão Mista de Orçamento (CMO).



Calheiros recebeu apelos do Planalto

Mas diante da resistência da presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), Renan recuou do seu plano. Segundo aliados, o presidente do Senado queria dar mais prazo ao "contraditório" para evitar possíveis contestações no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre nulidade do processo. O líder do governo no

Senado, José Pimentel (PT-CE), também fez apelos para evitar prazo extra por acreditar que pode "derrubar" o relatório na CMO. Em reunião com aliados, Renan desistiu: "Não vou insistir em dar prazo para quem não quer", disse. Ele também recebeu apelos diretos do Palácio do Planalto.

Após a leitura do parecer em plenário, a mensagem seguirá para a Comissão de Orçamento. Rose de Freitas indicará o relator da análise das contas de Dilma. A comissão terá, segundo ela, 77 dias para votar o parecer. Se o entendimento dos congressistas for pela rejeição das contas do governo, poderá ser aberto um processo de impeachment contra a presidente Dilma.

Entre os nomes cogitados para a relatoria, está o do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), que era suplente do atual ministro do TCU Vital do Rêgo Filho. A bancada do PDT defende a indicação do líder do partido, Acir Gurgacz (RO).

Relator quer corte no Bolsa Família

Em reunião no Palácio do Planalto, o relator do Orçamento da União de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), anunciou que pretende cortar R\$ 10 bilhões no programa Bolsa Família, cuja verba total foi fixada em R\$ 28,8 bilhões. Será um corte de 35% no principal programa social do governo. Barros disse que o ministro Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) ficou de conversar com a presidente Dilma Rousseff e o Ministério do Desenvolvimento Social. "Pretendo cortar R\$ 10

bilhões do Bolsa Família. Há rotatividade hoje no programa. Minha proposta é manter quem está no programa, e a vaga de quem sai não será resposta. Hoje, o próprio governo diz que 72% dos beneficiários trabalham", disse Ricardo Barros.

O relator ainda quer reduzir a verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como forma de bancar R\$ 4,5 bilhões de emendas de bancada impositivas. Apesar do aperto fiscal, em 2016 haverá, pela primeira vez, a chamada emenda impositiva

das bancadas parlamentares. O Orçamento Impositivo prevê a execução obrigatória das emendas individuais apresentadas pelas 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores).

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), reagiu à possibilidade de cortes no Bolsa Família. "Não acho necessário diminuir, pelo contrário, defendo até aumentar." Segundo Guimarães, o Bolsa Família e os outros programas sociais são a "alma do governo".

MÉRITO FARROUPILHA

Assembleia homenageia Padilha

O ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, recebeu ontem a Medalha do Mérito Farroupilha, durante solenidade realizada na

Assembleia Legislativa, em Porto Alegre. Em discurso de agradecimento, lembrou a trajetória política e agradeceu o suporte

da família, se dizendo um homem de sorte. "Nenhum inquérito, nenhum processo ou condenação criminal, em 50 anos de política, com todas as armadilhas que a vida pública possui", afirmou. Padilha ainda encorajou o governador José Ivo Sartori, presente no evento, a continuar a "dar os primeiros passos de uma longa caminhada até o ajuste fiscal do Estado".

O Mérito Farroupilha é a maior honraria do Legislativo gaúcho, sendo destinada a homenagear personalidades que contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado. A proposição foi apresentada pelo deputado estadual Gabriel Souza (PMDB), afilhado político de Padilha.



FABIANO DO AMARAL

Padilha agradeceu o suporte da família e se disse um homem de sorte



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Novo atraso não está descartado

Os recursos referentes à ampliação dos saques nos depósitos judiciais, de 85% para 95%, garantiram fôlego de mais de R\$ 1 bilhão e o pagamento em dia dos salários do funcionalismo estadual em setembro, mas neste mês a ameaça de parcelamento está mais uma vez no horizonte. Além do atraso no pagamento da parcela da dívida do Estado com a União, que segundo integrantes do governo "será uma rotina", para garantir os depósitos nas contas dos servidores no prazo, a Secretaria da Fazenda depende de uma série de variáveis. Entre elas, negociações envolvendo os programas Refaz e Fomentar RS. A intenção do Executivo é a de antecipar receita futura relativa à parte de impostos, por meio do Fomentar, que originalmente teriam de ser recebidos em 25 anos. Com isto, poderiam ser lançados agora títulos no mercado, apesar do deságio, resultando em recursos extraordinários para fazer frente à crise. Em 2014, o então governador Tarso Genro adotou a iniciativa e conseguiu reforço de R\$ 90 milhões em caixa. Recursos do Refaz também são aguardados pela Secretaria da Fazenda, mas terão maior impacto apenas em dezembro, quando ocorre grande entrada de verbas de pequenas e médias empresas regradas pelo Simples Nacional. A estimativa é que ingressem no Tesouro do Estado R\$ 100 milhões, além dos R\$ 315 milhões que já entraram até 24 de setembro.

Passivos

Até sexta-feira, o Executivo definirá ainda outra questão que será crucial na composição matemática para tentar viabilizar o pagamento em dia do funcionalismo: o percentual de quitação de passivos que em alguns casos são referentes a dois meses. Entre eles, transferências relativas ao transporte escolar, que somam R\$ 20 milhões; verbas da autonomia das escolas, R\$ 21 milhões; e do programa RS Mais Igual, de cerca de R\$ 8 milhões, além do custeio da saúde, referente a setembro, que soma R\$ 133 milhões em atrasados.

Discurso x prática

O discurso de deputados a favor do fim de benefícios como as pensões pagas a ex-governadores tem sido rasgado na prática. Ontem, mais uma vez, os pareceres favoráveis de Elton Weber aos projetos de extinção e limitação de pensões não foram votados na Comissão de Constituição e Justiça. Juliano Roso não compareceu à sessão. Júnior Piaia assumiu a vaga do PCdoB, e pediu vista ao projeto de Roso. Como a proposta de Any Ortiz está vinculada à do colega, a votação foi suspensa. Os pareceres estão parados há 62 dias.

CRISTIANO GUERRA / DIVULGAÇÃO / CP



Apoio à recondução para novo mandato

A bancada do PP na Assembleia e os secretários dos Transportes, Pedro Westphalen, e da Agricultura, Ernani Polo, oficializaram apoio à recondução de Celso Bernardi à presidência do PP gaúcho pelos próximos dois anos. A convenção que definirá a nova composição do comando progressista está marcada para sábado. Chapas podem ser inscritas até amanhã, mas por ora, não há candidaturas de oposição. Considerando o atual, Celso Bernardi está há três mandatos na presidência do PP.

APARTES

■ Enquanto integrantes do governo mantêm a convicção de que o projeto de redução do enquadramento das Requisições de Pequeno Valor será aprovado, a oposição e a OAB apostam que o tempo está a seu favor para ampliar a pressão sobre deputados pela rejeição da proposta. Ontem, a votação do projeto acabou adiada pela quarta vez.

■ O presidente da Assembleia, Edson Brum, anunciará hoje, em coletiva, às 11h, a doação de recursos do orçamento do Legislativo para a Defesa civil. A verba, que será utilizada no auxílio de municípios atingidos pelas chuvas, deve ficar na casa dos milhões.